

# **Reflexão sobre o Comércio Exterior: Câmbio e a Apreciação do Real.**

Paulo S. M. Ramalho\*

## **I – Introdução.**

Vem ocorrendo há alguns anos o fenômeno da apreciação do Real frente ao Dólar americano. Em função desse fato, tentar-se-á, por análise indutiva, verificar as suas possíveis conseqüências e implicações ao comércio exterior brasileiro.

## **II – Situação.**

Após 2003, as exportações de mercadorias foram o fator dinâmico da economia nacional. Por meio delas ressurgiram o crescimento econômico, o aumento do emprego, o fortalecimento da demanda interna, o superávit na balança de pagamentos, tendo este último item ocorrido pelo forte superávit observado na balança comercial.

As exportações permitiram o uso da capacidade ociosa da indústria de transformação e da infra-estrutura. Essa nova situação induziu os investimentos necessários tanto na indústria, na infra-estrutura, e no agrobusiness, com especial atenção em siderurgia, metais não ferrosos, papel e celulose, pelas intenções de inversão em rodovias, portos, ferrovias e eletricidade. De igual forma, observou-se o crescimento constante da capacidade de produção do setor agropecuário, tanto pelo aumento da área de plantio, como pela busca de maior produtividade, com a agregação de novas tecnologias, possibilitando maior oferta aos mercados interno e externo.

## **III- A Atuação do Banco Central do Brasil**

Paralelamente, o Banco Central do Brasil (BACEN) teve por política de controle inflacionário a utilização da taxa de juros, situação que levou o País a ter uma das maiores taxas de juros reais do planeta. Com isso, criou-se um forte e atípico fluxo de capitais financeiros, não necessariamente para investimentos, o que provocou e vem provocando sensível apreciação do Real.

Em 2008, com a crise financeira internacional, que atingiu duramente os Estados Unidos e a Comunidade Européia, os governos desses países tiveram por política antidepressiva a redução de sua taxa de juros interna, para aumentar o consumo e o investimento produtivo. Com isso, o BACEN, de forma indireta e ingênua, sinalizou ao capital financeiro internacional que o País era um porto seguro para suas aplicações de curto prazo, até o momento em houvesse um start up da produção naqueles países, ou seja, incentivou-se um fluxo extraordinário de moeda forte ao país, que propiciou, ainda mais, a valorização da moeda nacional.

Em 2010, os exportadores, que seriam provedores naturais de cambiais ao mercado, com as mudanças ocorridas na legislação cambial, estão mantendo, segundo estimativas do próprio BACEN, algo entre US\$ 15 bilhões a US\$ 30 bilhões no exterior. Os exportadores estão usando a prerrogativa legal que lhes permite manter no exterior até 100% de suas receitas, para honrar compromissos ou por

trade off, quando o preço do Dólar americano no mercado doméstico não convém para a troca de moeda.

Enquanto isso, bancos nacionais e estrangeiros estavam sustentando inéditas posições vendidas nos mercados à vista e futuro, apostando na queda de valor do Dólar americano frente ao Real. As posições vendidas nos mercados à vista e no futuro rondaram aos US\$ 16 bilhões, levando-se em conta contratos e cupons cambiais.

Caso o preço do Dólar americano suba no mercado interno, seguramente os exportadores poderiam repensar sua estratégia e internalizar suas cambiais, mas, se o Dólar americano subir, os vendidos nos mercados à vista e futuro terão sérios prejuízos.

#### IV – A Análise da Situação.

A apreciação do Real frente ao Dólar americano traz em seu bojo novas situações no comércio exterior, que tentaremos analisar:

##### 1 – Commodities.

Para mercadorias integrantes desse grupo de produtos, que têm seu preço fixado pelo mercado externo, as variações de preço, cotado em moeda americana dificilmente serão afetadas pela valorização. Devido ao fato da China estar crescendo sua economia à taxa de dois dígitos, os preços externos deverão prosseguir em sua trajetória de alta.

##### 2 – Produtos Industrializados.

No caso temos dois tipos de mercadorias, a saber:

###### a) os bens elásticos.

A maioria de bens industrializados que o País exporta podem ser classificados nesta categoria. Neste caso, qualquer variação de preço, no caso externo, pode significar a perda de competitividade do produto brasileiro, acarretando vendas menores, com possível influência no emprego industrial internamente, o que trará um aumento do desemprego, influenciando para menor a demanda interna, contribuindo para a redução do emprego e da renda em outros setores da economia. E isso já se pode observar com o anunciado déficit da indústria de transformação, no valor de US \$ 31 bilhões, ocorrida em 2010.

###### b) os bens inelásticos.

Não são afetados significativamente pelos preços. Nesses casos, a depreciação do dólar americano será, indubitavelmente, repassada ao seu preço internacional, ou seja, a apreciação do Real frente ao dólar americano não terá impacto nos negócios de exportação. Esses produtos têm um peso insignificante na pauta do comércio exterior brasileiro.

## V – Pontos Preocupantes.

Observa-se pela descrição feita acima, que os produtos industrializados com características de bens elásticos serão os mais afetados pela apreciação do Real frente ao dólar americano, no campo do comércio exterior.

Há no Brasil uma persistente inflação de custos, ocasionada, sobretudo, pelos preços administrados pelos três níveis de governo. Os preços administrados, no último lustro, apresentam elevações acima dos índices que medem os custos de produção. Isto influencia, de forma negativa, o custo de produção daqueles setores. Esta situação, aliada à depreciação do Dólar americano frente ao Real, tende a causar ainda maiores embaraços ao esforço exportador nacional e significando um incentivo forte à importação de bens concorrendo diretamente com a produção nacional. E isso tem afugentado capitais que viriam a produzir bens de consumo no Brasil, dando início ao processo de desindustrialização.

A questão tributária ou a exportação de impostos. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, em estudo interno destinado aos seus associados, calculou que os tributos federais incidentes nos insumos de bens destinados à exportação chegam a 22,9% do valor da receita líquida do produto, sendo 17,1% recuperáveis e 5,8% não recuperáveis, portanto exportados. Na esfera federal há acúmulo em PIS, COFINS e IPI, sendo que os créditos acumulados não podem ser utilizados para o pagamento de INSS e nem ser vendidos a terceiros. Na órbita estadual, o acúmulo do crédito fiscal se dá por conta do ICMS, embora as empresas exportadoras possam abater os créditos em suas vendas internas, mas, se elas destinarem mais de 35% de suas vendas ao mercado externo geram créditos externos não compensáveis. Apesar da OMC autorizar compensações tributárias para exportações, com muitos países como China e a Argentina efetuarem a restituição desses créditos em dinheiro, 17% na China e 6% na Argentina, os exportadores nacionais não têm esse direito, constituindo em margem de manobras dos estados frente à União para poderem receber ajustes estipulados na Lei Kandir. Com isso nossas empresas são obrigadas a exportarem impostos e amargar créditos tributários sem liquidez.

Outro ponto que causa preocupação é a burocracia inerente às operações cambiais, com forte viés de repressão. A legislação brasileira sobre o assunto é ultrapassada, com regras complexas, muitas delas contraditórias entre si, quando não injustas (por exemplo, um exportador que não recebe de seu importador, caso ele deixe de comunicar, oportunamente, ao Banco Central do Brasil tal ocorrência, poderá vir a ser multado por aquela Autarquia em até 100% do valor da operação, mas o mesmo não ocorre, no mesmo nível, quando erros e omissões são praticados por instituições financeiras) e de eficiência discutível (haja vista as várias denúncias e comprovações de fraudes cambiais).